

**DO TERRITÓRIO AO CURRÍCULO: CONSTRUINDO IDENTIDADE E
PERTENCIMENTO PELA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

**FROM TERRITORY TO CURRICULUM: BUILDING IDENTITY AND
BELONGING THROUGH HERITAGE EDUCATION**

**DEL TERRITORIO AL CURRÍCULO: CONSTRUYENDO IDENTIDAD Y
PERTENENCIA A TRAVÉS DE LA EDUCACIÓN PATRIMONIAL**



10.56238/CONEDUCA-103

Fabiano Madeira Lacerda

Mestre em Ensino

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: fabianomadeiralacerda@gmail.com

Daniel Costa de Paiva

Doutorado em Engenharia de Sistemas Eletrônicos

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: Profdanielpaiva@gmail.com

RESUMO

O estudo qualitativo investiga como a integração entre território, currículo e educação patrimonial contribui para a formação de estudantes críticos e protagonistas de sua aprendizagem. Realizado em escolas públicas de Laje do Muriaé/RJ, com ênfase em uma turma do Ensino Médio do CIEP 343 – Prof^ª Emília Ligiero Diniz, observou-se a incorporação do patrimônio cultural local em práticas pedagógicas, como a elaboração de mapas culturais do trajeto casa–escola. Os resultados indicam que essa articulação fortalece vínculos identitários, promove aprendizagens significativas e transforma a escola em espaço de memória, cultura e pertencimento.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Currículo. Território. Identidade. Pertencimento.

ABSTRACT

This qualitative study investigates how the integration of territory, curriculum, and heritage education contributes to the formation of critical students who are protagonists of their own learning. Conducted in public schools in Laje do Muriaé/RJ, with an emphasis on a high school class at CIEP 343 – Prof^ª Emília Ligiero Diniz, the study observed the incorporation of local cultural heritage into pedagogical practices, such as the creation of cultural maps of the home-school route. The results indicate that this articulation strengthens identity bonds, promotes meaningful learning, and transforms the school into a space of memory, culture, and belonging.

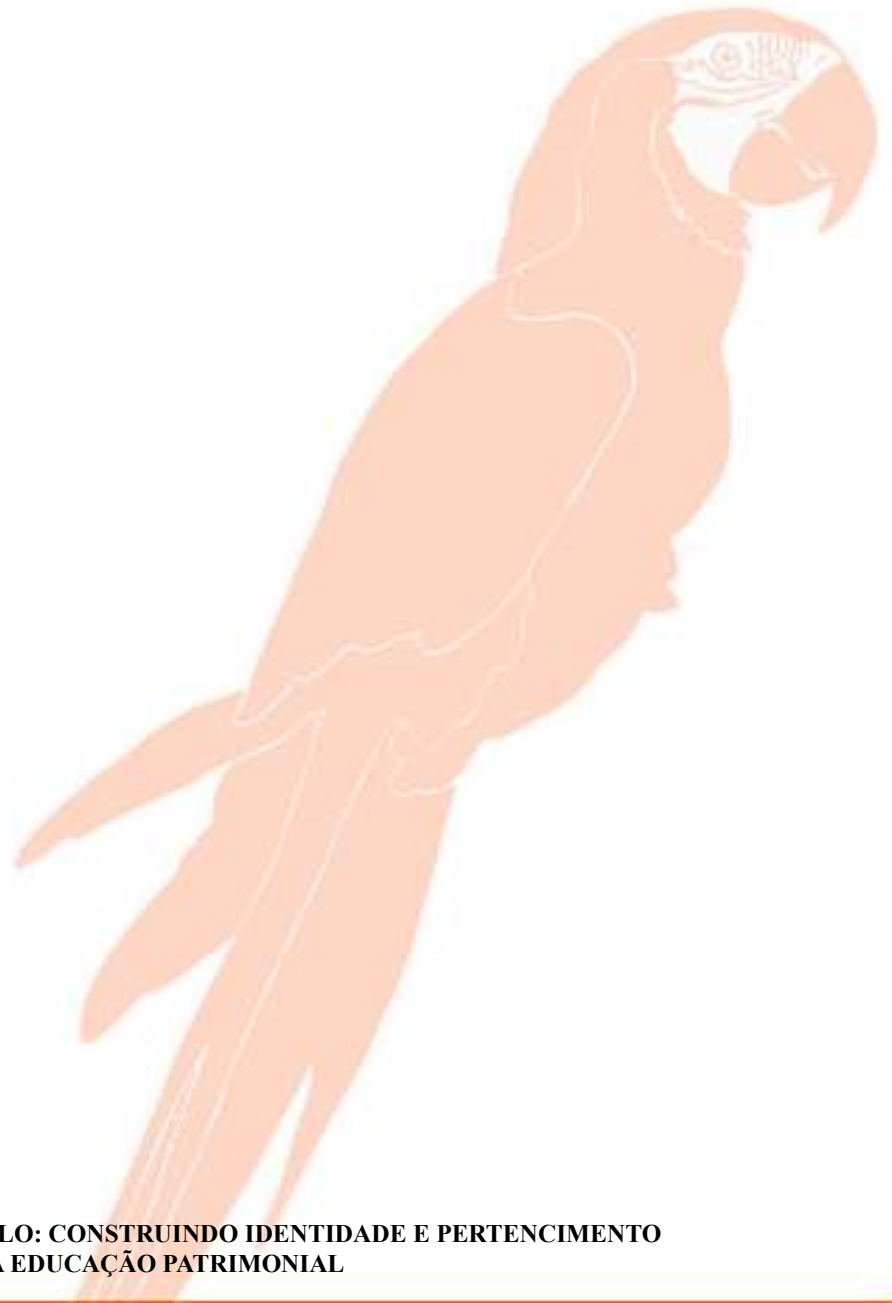
Keywords: Heritage Education. Curriculum. Territory. Identity. Belonging.



RESUMEN

Este estudio cualitativo investiga cómo la integración del territorio, el currículo y la educación patrimonial contribuye a la formación de estudiantes críticos, protagonistas de su propio aprendizaje. Realizado en escuelas públicas de Laje do Muriaé/RJ, con énfasis en una clase de secundaria del CIEP 343 – Prof. Emília Ligiero Diniz, el estudio observó la incorporación del patrimonio cultural local en prácticas pedagógicas, como la creación de mapas culturales del recorrido hogar-escuela. Los resultados indican que esta articulación fortalece los vínculos identitarios, promueve el aprendizaje significativo y transforma la escuela en un espacio de memoria, cultura y pertenencia.

Palabras clave: Educación Patrimonial. Currículo. Territorio. Identidad. Pertenencia.





1 INTRODUÇÃO

A educação contemporânea enfrenta o desafio de aproximar o conhecimento escolar da realidade concreta dos estudantes, considerando que o território não é apenas um espaço geográfico, mas também um lugar de significados, memórias e práticas culturais (LEFEBVRE, 1991). Este estudo, de natureza qualitativa, parte da compreensão de que o espaço educativo é atravessado por dimensões simbólicas e sociais que influenciam diretamente a formação identitária e o pertencimento dos sujeitos. O território funciona simultaneamente como cenário e agente da experiência humana, sendo atravessado por histórias coletivas, experiências cotidianas e relações de poder. Compreender essa dimensão é essencial para práticas pedagógicas que conectem a escola à realidade social dos alunos, promovendo aprendizagens significativas, senso de pertencimento e valorização das identidades locais.

Nesse sentido, o currículo precisa ser compreendido como uma construção histórica, política e cultural, refletindo tensões, disputas simbólicas e relações de poder que atravessam o campo educacional (GIMENO SACRISTÁN, 2000; BOURDIEU, 2001). Ele não se limita à transmissão de conteúdos neutros, mas expressa valores, normas e ideologias, podendo tanto reproduzir desigualdades quanto atuar como instrumento de transformação social.

A educação patrimonial oferece abordagem capaz de transcender o currículo tradicional, valorizando memória, cultura e tradições locais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a identidade cultural dos estudantes (SMITH, 2006; SANTOS, 2008). Trabalhar o patrimônio na escola implica reconhecer que a identidade não é fixa; é resultado de um processo contínuo de negociação entre o eu e o outro, entre o local e o global, atravessado por narrativas, práticas simbólicas e resistências culturais (HALL, 2006; BHABHA, 1998). Dessa forma, o currículo se torna um espaço de mediação cultural, capaz de gerar sentido, estimular reflexões críticas e consolidar vínculos identitários.

Considerando essas perspectivas, este estudo tem como objetivo geral analisar de que maneira a integração do território ao currículo, por meio da educação patrimonial, contribui para a construção de identidade e pertencimento dos estudantes. Para alcançar esse propósito, definem-se como objetivos específicos: (1) investigar práticas pedagógicas que relacionem patrimônio cultural ao currículo escolar; (2) identificar impactos dessas práticas na formação da identidade cultural dos estudantes; (3) compreender como o currículo se ressignifica ao incorporar experiências territoriais e comunitárias; e (4) refletir sobre desafios e tensões na implementação da educação patrimonial.

A articulação do currículo ao território é efetivada por meio de práticas pedagógicas concretas, como a elaboração de mapas culturais do entorno escolar, registros fotográficos e audiovisuais de trajetos cotidianos, entrevistas com moradores, visitas a pontos históricos e oficinas de memória. Tais atividades possibilitam que os alunos se percebam como agentes ativos na construção de



conhecimento, transformando espaços ordinários — ruas, praças, mercados e igrejas — em fontes de aprendizagem significativa (CERTEAU, 1994; FREIRE, 2011).

Além disso, essas práticas promovem o protagonismo estudantil, permitindo que os estudantes investiguem, interpretem e compartilhem suas experiências, desenvolvendo competências socioemocionais, senso crítico e consciência ética. Pierre Bourdieu (2001) alerta que a escola pode reproduzir desigualdades simbólicas; ao incorporar o patrimônio local ao currículo, a educação patrimonial atua como instrumento de democratização da memória, reconhecimento da diversidade e valorização de múltiplas vozes. Homi Bhabha (1998) descreve esse processo como a criação de um “terceiro espaço”, onde diferentes culturas se encontram, dialogam e se transformam mutuamente.

Paulo Freire (2011) enfatiza que a educação deve partir da realidade concreta do educando, promovendo reflexão crítica e participação ativa. Ao relacionar experiências pessoais e coletivas com elementos do patrimônio local, os estudantes desenvolvem pertencimento, autoconhecimento e responsabilidade social. Milton Santos (2008) alerta para os riscos da globalização em apagar singularidades culturais; a integração do território ao currículo constitui resistência cultural, reafirma identidade e promove cidadania crítica.

Dessa forma, a articulação entre território, currículo e educação patrimonial transforma a escola em espaço de diálogo, resistência cultural e construção de sentido. A experiência do aluno deixa de ser meramente receptiva, tornando-se investigativa, reflexiva e criativa, consolidando aprendizagens significativas e promovendo a formação de sujeitos críticos, éticos e engajados na preservação da herança cultural de sua comunidade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em Laje do Muriaé, Rio de Janeiro, região Noroeste Fluminense, caracterizada por rica história e cultura, o que a torna adequada para investigações em educação patrimonial. Adotou-se abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, articulando levantamento bibliográfico, análise documental e estudo de campo, visando compreender como a integração do território ao currículo, por meio da educação patrimonial, contribui para a construção de identidade e pertencimento estudantil.

O estudo de campo ocorreu em uma escola estadual — CIEP 343 Profª Emília Ligiero Diniz — com uma turma de cerca de 20 alunos do Ensino Médio, durante o segundo semestre letivo. A escolha da escola se deu pela relevância das práticas pedagógicas que integram o patrimônio cultural local ao processo educativo. O pesquisador atuou como observador participante e mediador, equilibrando participação ativa e observação crítica, registrando interações e estimulando reflexões.

A coleta de dados envolveu múltiplas fontes e instrumentos, incluindo:



- Registros de observação de campo com anotações detalhadas sobre práticas pedagógicas e interações;
- Produções dos alunos, como mapas culturais, textos descritivos e registros fotográficos e audiovisuais de trajetos casa–escola;
- Documentos escolares, incluindo planos de aula e projetos pedagógicos relacionados à educação patrimonial.

Para aumentar a confiabilidade, utilizou-se triangulação entre observações, produções e registros documentais, assegurando consistência das informações.

O levantamento bibliográfico compreendeu revisão de obras, artigos e publicações especializadas sobre educação, currículo, território, patrimônio cultural e identidade, fornecendo base teórica para interpretação dos dados. A análise documental considerou projetos pedagógicos, planos de aula e registros escolares, permitindo compreender estratégias docentes, recursos utilizados e impactos percebidos na formação identitária dos alunos.

A análise dos dados seguiu categorização temática: inicialmente, realizou-se leitura exploratória das anotações, produções e documentos, identificando unidades significativas; em seguida, essas unidades foram agrupadas em categorias emergentes relacionadas ao território, currículo e identidade, considerando frequência, relevância e coerência temática. Para garantir validade, as categorias foram confrontadas com a literatura e discutidas com especialistas em educação patrimonial. A confiabilidade foi reforçada pela triangulação das fontes e pelo registro sistemático das observações durante todas as etapas da pesquisa. As categorias de análise abordaram: práticas pedagógicas que articulam patrimônio cultural ao currículo, impactos na identidade cultural dos alunos, ressignificação do currículo a partir de experiências territoriais e comunitárias, e desafios na implementação da educação patrimonial.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A articulação entre território, currículo e educação patrimonial está fundamentada em concepções teóricas que reconhecem a educação como prática social e política, capaz de transformar sujeitos e comunidades. Henri Lefebvre (1991) entende que o espaço é socialmente produzido, atravessado por relações de poder, memórias coletivas e práticas cotidianas, o que implica que o território não deve ser compreendido apenas como uma dimensão geográfica, mas como *locus* de significados e experiências que moldam identidades e sentidos de pertencimento. Nesse sentido, a escola, ao incorporar o território em suas práticas, conecta o conhecimento escolar à vida concreta dos alunos, promovendo aprendizagens contextualizadas e significativas.



O currículo, nessa perspectiva, não é neutro; ele expressa valores, normas e ideologias que podem reproduzir desigualdades ou servir como instrumento de emancipação (GIMENO SACRISTÁN, 2000; BOURDIEU, 2001). Michael Apple (2002) enfatiza que toda prática educativa é também uma prática política, capaz de reafirmar ou contestar estruturas sociais. Raymond Williams (1983) complementa que a cultura se constrói no cotidiano, e não apenas em manifestações artísticas ou eruditas, reforçando a necessidade de que o currículo dialogue com as experiências dos estudantes, incluindo suas práticas sociais, culturais e comunitárias.

A educação patrimonial emerge como abordagem pedagógica capaz de transcender a lógica do currículo tradicional, valorizando memória, cultura e tradições locais (SMITH, 2006). Ela atua como catalisadora do pertencimento e da construção identitária, promovendo o reconhecimento das raízes culturais e fortalecendo a autoestima e o senso de responsabilidade social dos estudantes. **No contexto brasileiro, autores como Horta (1999), Grunberg (1997) e Fonseca (2005) reforçam que a educação patrimonial deve ir além da preservação material do patrimônio, articulando memória, cidadania e identidade como dimensões educativas essenciais. Horta (1999) destaca o valor formativo do patrimônio enquanto expressão cultural viva, enquanto Grunberg (1997) enfatiza a importância do trabalho educativo com a comunidade e Fonseca (2005) propõe uma prática reflexiva e crítica voltada à valorização dos sujeitos locais.**

Nesse processo, é essencial compreender que a identidade não é um traço fixo, mas resultado de negociações contínuas entre o eu e o outro, entre o local e o global (HALL, 2006). Homi Bhabha (1998) propõe que essas negociações ocorram em um “terceiro espaço”, um lugar de interação cultural que permite a convivência, o diálogo e a transformação de identidades, favorecendo a construção de sujeitos críticos e reflexivos.

A integração do território ao currículo implica o desenvolvimento de práticas concretas que aproximem os estudantes do contexto em que vivem. Entre essas práticas, destacam-se a elaboração de mapas culturais, registros fotográficos e audiovisuais de trajetos cotidianos, entrevistas com moradores, visitas a pontos históricos e oficinas de memória (CERTEAU, 1994). Tais atividades permitem que os alunos transformem o cotidiano em fonte de aprendizagem, reconhecendo a importância de espaços ordinários — ruas, praças, mercados, igrejas — na construção de sentidos, memórias e vínculos comunitários. Além disso, essas práticas consolidam a ideia de protagonismo estudantil, na qual os alunos passam a ser agentes ativos na produção do conhecimento, estimulando competências socioemocionais, senso crítico e consciência ética.

A fundamentação teórica também evidencia os desafios de desigualdade e exclusão simbólica que atravessam o ambiente escolar. Bourdieu (2001) alerta que, sem intervenção crítica, a escola tende a reproduzir hierarquias e marginalizar saberes locais. Nesse contexto, a educação patrimonial atua como instrumento de democratização da memória, permitindo que múltiplas vozes se expressem e que



narrativas históricas e culturais sejam reconhecidas. **Autores brasileiros, como Chagas (2009), ainda ampliam esse entendimento ao afirmar que o trabalho educativo com o patrimônio precisa reconhecer as memórias plurais e estimular o protagonismo das comunidades na construção de seus próprios discursos culturais.**

Milton Santos (2008) contribui para esse debate ao apontar os riscos da globalização, que tende a homogeneizar culturas e apagar singularidades locais. A escola, ao valorizar o território e o patrimônio cultural, oferece resistência a essas pressões, reafirma identidades locais e promove cidadania crítica. Paulo Freire (2011) complementa ao enfatizar que a educação deve partir da realidade concreta do educando, possibilitando que o aprendizado seja reflexivo, investigativo e participativo. A construção de conhecimento a partir do patrimônio local fortalece vínculos afetivos e sociais, promove cooperação e desenvolve responsabilidade ética nos estudantes, preparando-os para atuar de maneira engajada na transformação de sua comunidade. Michel de Certeau (1994) reforça essa perspectiva ao compreender o cotidiano como espaço de invenção e resistência, no qual os sujeitos reinterpretem práticas culturais, resignificam lugares e constroem sentido a partir da vivência concreta.

Além disso, autores recentes (2020–2024) têm investigado o uso de tecnologias digitais como mediadoras da educação patrimonial, destacando a potencialidade de plataformas digitais e ferramentas interativas para fortalecer o pertencimento, documentar o patrimônio e engajar estudantes de maneira inovadora (SILVA et al., 2021; OLIVEIRA & CARVALHO, 2022; MENDES, 2023). Esses estudos enfatizam que recursos digitais, como aplicativos de mapeamento cultural, realidade aumentada, plataformas de criação de histórias digitais e redes sociais educativas, permitem que os alunos registrem, compartilhem e reinterpretem elementos do patrimônio local de forma colaborativa e reflexiva. A tecnologia, nesse contexto, não apenas funciona como ferramenta de registro, mas também como espaço de experimentação e mediação cultural, oferecendo oportunidades para que estudantes desenvolvam competências digitais, senso crítico e habilidades de investigação histórica e social.

Além disso, a utilização de ambientes digitais possibilita a ampliação do alcance das experiências patrimoniais para além da sala de aula, conectando escolas, famílias e comunidades. Estudos recentes mostram que a digitalização de acervos e a criação de roteiros virtuais permitem aos estudantes perceber relações entre memória, cultura e identidade, promovendo engajamento afetivo e senso de pertencimento coletivo. Por meio dessas práticas, a educação patrimonial se torna mais inclusiva e dinâmica, capaz de contemplar diferentes ritmos de aprendizagem e estilos de participação, ao mesmo tempo em que fortalece a integração entre conhecimento local e competências digitais contemporâneas.

Em síntese, a incorporação de tecnologias digitais na educação patrimonial evidencia uma atualização necessária do campo, mostrando que a mediação digital pode potencializar o



protagonismo estudantil, a construção de identidade e a apropriação crítica do patrimônio cultural, articulando tradição e inovação de forma estratégica e significativa.

Por fim, a fundamentação teórica demonstra que o território e a educação patrimonial constituem ferramentas essenciais para a construção de aprendizagens significativas, identidade e pertencimento. O currículo, quando articulado ao contexto territorial e cultural, deixa de ser um conjunto de conteúdos desconectados e se transforma em instrumento de mediação cultural, capaz de integrar conhecimento, memória, prática social e desenvolvimento ético. Assim, a escola se consolida como espaço de diálogo, resistência cultural, produção de sentido e formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados na preservação da herança cultural de sua comunidade.

4 REFERÊNCIAS DE DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Para situar o estudo no contexto da produção acadêmica nacional, foram analisadas dissertações que investigam a articulação entre território, currículo e educação patrimonial. O Quadro 1 sintetiza a relevância dessas pesquisas em termos de práticas pedagógicas, impactos na identidade dos estudantes e desafios na implementação de abordagens inovadoras que valorizam o patrimônio cultural local.

Quadro 1:

Dissertação	Ano	Universidade	Link	Relação com os Objetivos e com o Estudo
Educação Patrimonial: experiência aplicada para o município de Santiago – RS	2020	UFMS	https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19830	Explora práticas educativas a partir do patrimônio cultural local, destacando impactos na formação da identidade dos estudantes (Objetivo 2) e a ressignificação do currículo por meio de experiências territoriais e comunitárias (Objetivo 3). Evidencia a transformação da escola em espaço de pertencimento.
Patrimônio cultural e história local: a educação patrimonial numa perspectiva de ensino de História (AC Santos)	2017	UFMG	https://repositorio.ufmg.br/items/804add64-9317-4f17-be9d-767f08f82522	Analisa a integração de patrimônio cultural no ensino de História, destacando como o currículo se ressignifica com experiências locais (Objetivo 3) e contribui para a construção identitária dos estudantes (Objetivo 2). Reforça a importância da memória e cultura locais na aprendizagem significativa.
Escola, Educação e Patrimônio Cultural (Adriana Santos Brito)	2019	UFPI	https://dspace.ufdpar.edu.br/jspui/bitstream/prefix/418/1/ESCOLA%20E%20EDUCACAO%20CULTURAL%20EM%20SANTOS%20RS.pdf	Pesquisa-ação em escolas que incorporam patrimônio cultural, fornecendo exemplos de práticas pedagógicas inovadoras (Objetivo 1) e refletindo sobre desafios e tensões na implementação da educação patrimonial (Objetivo 4). Evidencia a mediação cultural do currículo.
A educação patrimonial no currículo escolar pela percepção de professores e de licenciandos: aprender na prática	2021	Universidade de Taubaté	https://mestradohdh.unitaubate.br/wp-content/uploads/dissertacoes/2021/Nathalia-Maria-Novaes-Victor.pdf	Analisa percepções de professores e licenciandos sobre a incorporação do patrimônio cultural no currículo escolar, contribuindo para a compreensão de práticas pedagógicas efetivas (Objetivo 1) e impactos na identidade cultural dos estudantes (Objetivo 2). Demonstra a articulação entre teoria e prática educativa.

Fonte: Autores.



4.1 INTEGRAÇÃO DA ATIVIDADE “COLOCANDO LAJE DO MURIAÉ NO GOOGLE MAPS”

A análise das dissertações previamente examinadas evidencia convergência na valorização do patrimônio local, na promoção de pertencimento e na ressignificação do currículo escolar. Todas reforçam a necessidade de aproximar os estudantes do território em que vivem, integrando experiências concretas ao aprendizado e fortalecendo vínculos identitários. No entanto, observa-se que, apesar das convergências teóricas, surgem nuances quanto à eficácia e às estratégias de implementação, indicando que o impacto da educação patrimonial depende fortemente da mediação docente, do contexto escolar e do engajamento estudantil.

A atividade “Colocando Laje do Muriaé no Google Maps” operacionalizou esses princípios de maneira prática e reflexiva. Os alunos documentaram trajetos cotidianos entre residência e escola, identificaram pontos históricos e culturais, elaboraram textos descritivos e registraram informações na plataforma digital. Essa prática promoveu engajamento ativo, protagonismo estudantil e inserção da tecnologia como mediadora da aprendizagem, alinhando-se à perspectiva vygotskiana de mediação social. A atividade evidenciou padrões de participação distintos entre os grupos, revelando diferenças individuais na percepção do patrimônio e na disposição para a colaboração, o que aponta para a necessidade de estratégias diferenciadas para engajar todos os estudantes de maneira equitativa.

Foto 1: Aula destinada à divisão dos grupos e à explanação dos conteúdos que serão abordados.



Fonte: Próprio autor.

O processo ocorreu em etapas estruturadas — planejamento, organização de textos e fotografias, inserção de pontos no Google Maps e acompanhamento docente — permitindo que detalhes antes despercebidos fossem observados e promovendo uma percepção ampliada da história e cultura locais. Essa estruturação, embora eficiente, evidenciou tensões práticas: a articulação entre atividades de campo e cronogramas curriculares foi apontada pelos docentes como desafio significativo, sugerindo que a inovação pedagógica exige flexibilidade e suporte institucional para ser plenamente implementada.



Figura 2: “Colocando Laje do Muriaé no Google Maps”



Legenda: A) Imagem de Satélite. Fonte: CNES, c2023

Ao confrontar os resultados da atividade com os achados das dissertações analisadas, verificam-se padrões claros em relação aos quatro objetivos do estudo:

- **Práticas pedagógicas (Objetivo 1):** O mapeamento e registro digital integraram conteúdo escolar e território, consolidando experiências contextualizadas e investigativas. Contudo, a variação na participação dos grupos indica que nem todos os estudantes internalizam o aprendizado territorial da mesma maneira, evidenciando a necessidade de acompanhamento diferenciado e estratégias de engajamento inclusivas.
- **Impactos na identidade cultural (Objetivo 2):** A exploração do espaço urbano incentivou reconhecimento da relevância da comunidade e fortalecimento de vínculos afetivos. Algumas narrativas, entretanto, revelaram resistência ou desconhecimento de elementos históricos, indicando lacunas na transmissão cultural formal e informal. Esse achado sugere que a educação patrimonial, além de promover pertencimento, deve ser articulada com práticas que resgatem memórias esquecidas ou marginalizadas, evitando reforçar apenas narrativas dominantes.
- **Ressignificação do currículo (Objetivo 3):** As experiências territoriais enriqueceram o currículo, tornando-o mais significativo e conectado à realidade do aluno. Ainda assim, surgem limitações práticas relacionadas à integração entre conteúdo programático e atividades de campo, destacando a tensão entre inovação pedagógica e exigências burocráticas do ensino formal.
- **Desafios e tensões (Objetivo 4):** Planejamento cuidadoso, mediação docente e suporte tecnológico revelaram desafios operacionais e metodológicos, incluindo gestão de tempo, acesso a dispositivos e necessidade de orientação constante. Essas limitações estruturais indicam que a efetivação plena da educação patrimonial exige políticas institucionais e recursos adequados, reforçando a importância de pensar a implementação em escala escolar mais ampla.



A análise hermenêutica das produções dos alunos evidencia reflexão crítica sobre pertencimento, identidade e espaço vivido. Nos textos descritivos, os estudantes frequentemente associaram locais cotidianos a memórias familiares e coletivas, demonstrando compreensão tácita de que o território é social e simbólico, não apenas físico. As narrativas coletivas revelam como os alunos negociam identidades locais e atribuem sentido a espaços anteriormente neutros, dialogando com Lefebvre (1991) e Hall (2006). Isso indica que a aprendizagem envolve co-construção de sentido, onde os estudantes se reconhecem como agentes ativos na produção cultural de sua comunidade.

Além disso, a atividade permite inferir padrões de resistência, ressignificação e apropriação crítica do conhecimento, mostrando que a tecnologia, quando mediada de forma reflexiva, não é apenas ferramenta de registro, mas catalisadora de investigação, reflexão crítica e protagonismo. Assim, a experiência em Laje do Muriaé confirma que a integração entre território, currículo e educação patrimonial valida os achados teóricos e amplia sua aplicabilidade em contextos escolares reais, contribuindo para aprendizagens significativas, construção de identidade e pertencimento comunitário.

5 CONCLUSÃO

A presente investigação demonstrou que a articulação entre território, currículo e educação patrimonial constitui um caminho potente para a promoção de identidade, pertencimento e aprendizagens significativas no contexto escolar. As práticas analisadas, especialmente a atividade “Colocando Laje do Muriaé no Google Maps”, evidenciaram que o envolvimento direto dos estudantes com o patrimônio cultural local estimula protagonismo, engajamento investigativo e reflexão crítica, convertendo o espaço escolar em um locus de produção de sentido e valorização da memória comunitária.

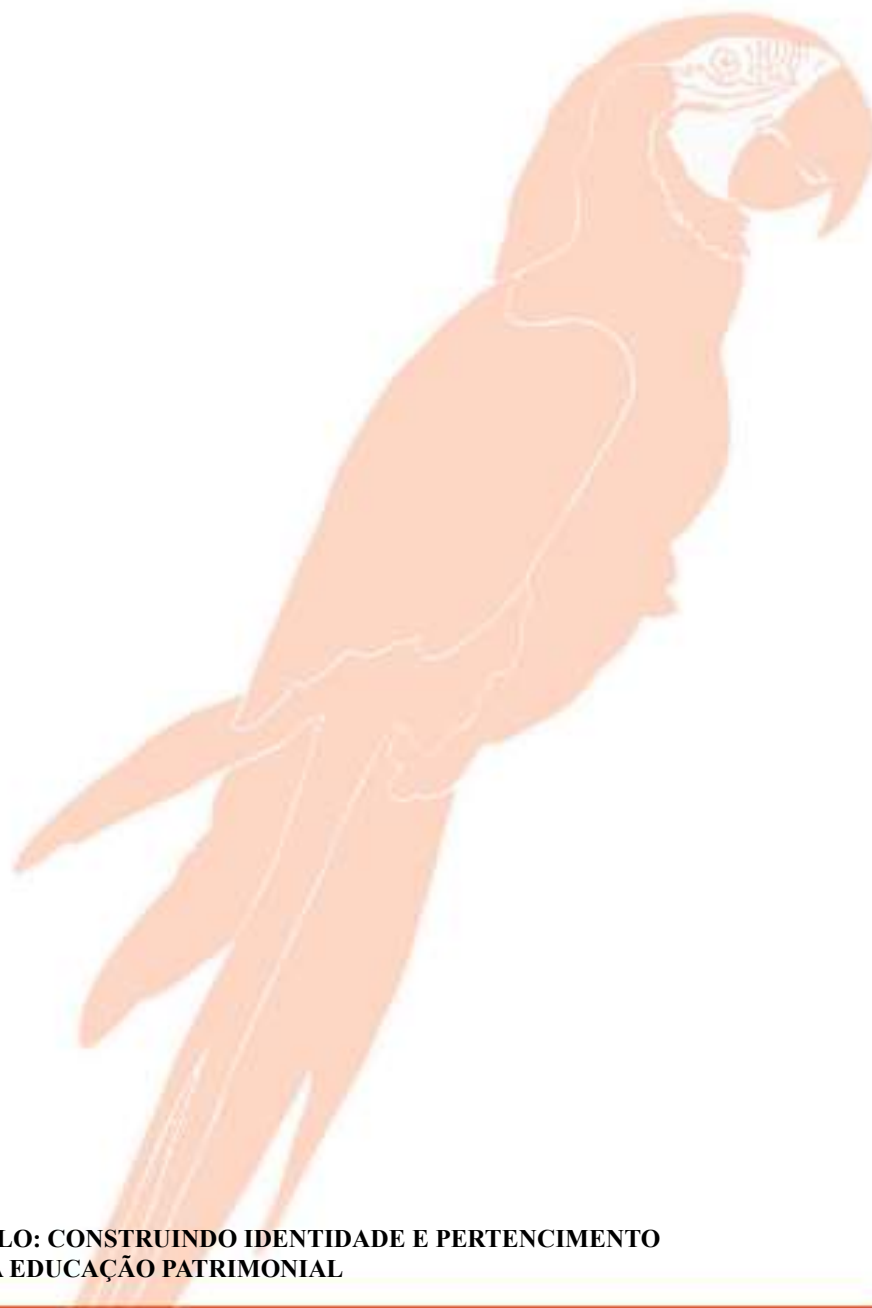
Os dados coletados indicam que o território deve ser compreendido não apenas como dimensão geográfica, mas como espaço social e simbólico que atua como mediador da construção identitária e da aprendizagem contextualizada. As produções estudantis — mapas culturais, textos descritivos e registros fotográficos — revelaram que os alunos internalizam saberes ao mesmo tempo em que negociam coletivamente significados, ressignificam espaços cotidianos e constroem narrativas que consolidam pertencimento e vínculos afetivos com a comunidade.

A pesquisa também evidenciou desafios práticos que exigem atenção institucional e pedagógica: variação na participação dos estudantes, limitações de tempo e recursos, dificuldades na integração entre atividades de campo e conteúdos curriculares, além da necessidade de mediação docente constante. Esses elementos indicam que a eficácia da educação patrimonial depende de planejamento estruturado, suporte tecnológico e formação continuada de professores, a fim de garantir a inclusão equitativa e a sustentabilidade das práticas.



Teoricamente, os achados reforçam a concepção de currículo como espaço dinâmico de mediação cultural, capaz de articular memória, território e saberes locais. Ao valorizar o patrimônio, a escola não apenas fortalece identidades, mas também promove resistência cultural, democratiza o conhecimento e fomenta cidadania crítica. Assim, a investigação contribui para a reflexão sobre inovação pedagógica, consolidando o entendimento de que experiências territoriais contextualizadas e mediadas tecnologicamente são essenciais para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel na preservação e transformação cultural da comunidade.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras adotem perspectiva longitudinal, explorem estratégias de engajamento inclusivas e investiguem o uso contínuo de tecnologias digitais como mediadoras da aprendizagem. Tal aprofundamento permitirá consolidar a integração entre território, currículo e identidade como prática educativa sustentável, ampliando o papel da escola como espaço de memória, pertencimento e construção de sentido.





REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- BHABHA, H. K. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRITO, A. S. Escola, Educação e Patrimônio Cultural. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. Disponível em: <https://dspace.ufdpar.edu.br/jspui/bitstream/prefix/418/1/ESCOLA,%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20E.%20PATRIM%C3%94NIO.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2025.
- CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAGAS, R. Educação patrimonial e múltiplas memórias. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2009.
- FONSECA, L. Educação patrimonial e prática reflexiva na escola. São Paulo: Cortez, 2005.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GIMENO SACRISTÁN, J. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- GRUNBERG, L. Educação patrimonial e trabalho educativo com a comunidade. Brasília: UNESCO, 1997.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HORTA, M. Educação patrimonial: memória, cidadania e identidade. São Paulo: Cortez, 1999.
- LEFEBVRE, H. A produção do espaço. São Paulo: Edusp, 1991.
- MENDES, J. Educação patrimonial e realidade aumentada: experiências pedagógicas. Revista Tecnologias na Educação, v. 15, 2023.
- OLIVEIRA, F.; CARVALHO, M. Ferramentas digitais e educação patrimonial. Educação em Revista, v. 38, 2022.
- SANTOS, A. C. Patrimônio cultural e história local: a educação patrimonial numa perspectiva de ensino de História. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/804add64-9317-4f17-be9d-767f08f82522>. Acesso em: 03 nov. 2025.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SILVA, A. et al. Tecnologias digitais na mediação da educação patrimonial. Revista Brasileira de Educação, v. 26, n. 3, 2021.
- SMITH, L. Uses of heritage. London: Routledge, 2006.



UFSM. Educação Patrimonial: experiência aplicada para o município de Santiago – RS. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19830?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 03 nov. 2025.

VICTOR, N. M. N. A educação patrimonial no currículo escolar pela percepção de professores e de licenciandos: aprender na prática. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Taubaté, Taubaté. Disponível em: <https://mestradoh.unitau.br/wp-content/uploads/dissertacoes/2021/Nathalia-Maria-Novaes-Victor.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2025.

WILLIAMS, R. Culture and society: 1780–1950. New York: Columbia University Press, 1983.

